



dezembro de 2019

ESTABILIDADE A TODOS OS PROFESSORES CONTRATADOS

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Por uma greve para derrubar a PEC 18, o PLC 80, e exigir a reposição salarial.
- Nenhum professor desempregado ou subempregado.

Para derrotar a reforma da Previdência e o plano de carreira de Doria, é preciso:

1. Aprovar uma verdadeira greve;
2. Fazer um chamado ao funcionalismo para uma greve unificada;
3. Deslocar o movimento, da Assembleia Legislativa para a Av. Paulista;
4. Ganhar as ruas, com manifestações massivas e unitárias.

A assembleia passada aprovou uma greve somente às terças-feiras e nos dias de votação da PEC 18 (reforma da Previdência) e do PLC 80 (plano de carreira). Os professores serão chamados a paralisar nesses dias e a “pressionar” os deputados para que votem contrários às medidas de Doria. Na assembleia, a maioria dos professores foi atraída pelo discurso da direção da Apeoesp, de que é possível derrotar o governo, usando um novo “conceito de greve”. Na realidade, uma greve de “faz de conta”.

A Corrente Proletária se opôs a essa proposta e defendeu uma verdadeira greve, que se iniciaria naquele momento, e seria avaliada no dia 5 de dezembro, quando da realização de uma outra assembleia. Colocou-se contra concentrar o movimento na Assembleia Legislativa e na “pressão parlamentar”. Mostrou que esse caminho, possivelmente, levará à derrota. Isso por

que esse é o terreno favorável a Doria, que conta com a maioria dos deputados e, também, porque é o local próprio das negociações, do “toma lá dá cá”. Basta lembrar do que ocorreu com o desmonte das greves gerais de abril de 2017 e de junho de 2019, em que o movimento foi conduzido para o Congresso Nacional, para a tal “pressão parlamentar”, levando, assim, a duas profundas derrotas para os trabalhadores. O mesmo se passou com a reforma da Previdência dos municipais, que ficou também limitado à Câmara de Vereadores. O resultado, como vimos, foi a vitória do projeto de Covas.

É preciso que a assembleia do dia 3 modifique o rumo da luta. Para isso, é preciso aprovar uma verdadeira greve, que paralise as escolas, ganhe as ruas, com manifestações massivas, e que aponte o caminho real da unidade com o funcionalismo.

Os atos com o funcionalismo não expressam o movimento unitário, pois, se limitam às suas direções e aos discursos. *É preciso de uma real unidade, com todos os setores paralisados e nas ruas. Somente assim Doria sentirá a força dos servidores públicos. E somente assim é possível enfrentar e derrotar a reforma da Previdência e o plano de carreira do governo.*

Uma velha proposta que precisa ser enterrada

A direção da Apeoesp quer que os professores acreditem que, “dialogando” e “pressionando” deputados, é possível barrar as duras medidas do governo contra o funcionalismo. Quer que os professores estejam na Assembleia Legislativa, na véspera da assembleia de professores (dia da greve), para a audiência pública, local dos discursos dos parlamentares. Pior ainda: quer que os professores aceitem a transferência da tramitação desses projetos para o próximo ano. Isso em nome da democracia, contrariando a decisão de Doria em aprovar tais medidas de forma açodada.

Não é de hoje que as burocracias sindicais repetem essa

mesma ladainha. O exemplo, mais recente, foi com a reforma da Previdência de Bolsonaro, com os abaixo-assinados, “pressão” aos deputados em suas cidades, nos aeroportos e nos gabinetes. Bastou o governo prometer dinheiro aos parlamentares, para que tudo fosse aprovado.

A assembleia tem de rejeitar esses métodos, estranhos aos explorados. Esses métodos vêm sendo impostos pelas burocracias sindicais, que têm se negado a organizar um efetivo combate dos trabalhadores contra as reformas antipopulares dos governantes. A nossa luta é para derrubar integralmente os projetos de reforma da Previdência e de plano de carreira do governo.

Por uma greve para derrubar a PEC 18, o PLC 80, e exigir a reposição salarial

Doria não acatou a decisão da Justiça. Os 10,15% passaram a ser uma anedota nas escolas. Os 4,17%, reajuste do piso, também, viraram piada. O fato é que a judicialização do reajuste salarial levou à paralisia dos professores. As assembleias, além de escassas, acabaram se esvaziando. O governo, por sua vez, sem movimento nas ruas, e sem escolas paralisadas, continuou firme, no propósito de congelar os salários.

A situação só piorou. Além de não reajustar os salários, Doria descar-

regou, nesse segundo semestre, um conjunto de programas privatizantes, a exemplo do PEI, Novotec, etc. Como o combate ficou a cargo das escolas, conseguiu impor em algumas delas. A não organização, por parte do sindicato, da luta coletiva para derrubar tais programas, permitiu que o governo avançasse, agora com a reforma da Previdência, e o plano de carreira.

Como se vê, uma política errada por parte da direção sindical tem favorecido à implantação da PEC do

teto (congelamento salarial), e os programas de privatização da educação básica. Uma política errada, nesse momento, poderá levar à eliminação de mais direitos (plano de carreira), e a uma violenta reforma da Previdência, que obriga o professor a trabalhar mais, contribuir mais e receber menos na aposentadoria.

Está aí a importância de aprovar uma só luta: por salário, emprego, fim dos planos privatizantes na educação, e pela derrubada da reforma da Previdência e do plano de carreira.

Nenhum professor desempregado ou subempregado Estabilidade a todos os professores contratados Não ao fechamento de salas e turnos Redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos

Nas escolas, além da draconiana reforma da Previdência, do plano de carreira, e da miséria salarial, há o pavor do desemprego e subemprego. Os diretores e coordenadores têm encarregado-se de anunciar o fechamento de salas e turnos, e fim das EJAs, ordens expressas por parte das diretorias de ensino. Alguns professores, desesperados, percorrem os bairros para “arrumar” alunos, com cartazes anunciando a existência de vagas. O fato é que, com a centralização autoritária das matrículas, os rígidos critérios de

inscrição, e a exigência dos 45 alunos por sala, houve o fechamento de salas em boa parte das escolas. A saída do governo é o fechamento, porque assim estaria “economizando” recursos, conforme estabelece a PEC do teto.

Os trabalhadores da educação, pais e estudantes devem exigir:

- 1) que as matrículas sejam feitas nas unidades escolares, e de livre escolha por parte de pais e estudantes;
- 2) que haja imediatamente a redução do número de alunos por sala,

25 no máximo;

- 3) que todas as salas e turnos sejam abertos;
- 4) que as escolas decidam sobre a existência da EJA;
- 4) que não haja nenhuma criança e jovem fora da escola;
- 5) que o Estado ofereça as condições para que os jovens combinem os estudos com o trabalho, o que implica a redução da jornada de trabalho, máximo de 4 horas;
- 6) que todos os professores contratados tenham o emprego assegurado, por meio da estabilidade a todos.